



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

Aos 18 dias do mês de julho de 2017, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala Senado do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

I PARTE

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o atraso na transposição de Diretivas.

II PARTE

1. Informações.
2. Eleição do 1.º Vice-Presidente da Comissão.
3. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias: Indicação de Deputado Coordenador.
4. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:
 - a) Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/62/CE, relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas, no que respeita a certas disposições em matéria de impostos sobre veículos - COM(2017)276.
Deputado autor do parecer: António Costa Silva (PSD)
Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 02/09/2017
 - b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria de defesa da UE - COM(2017)294, objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional.
Deputado autor do parecer: Carlos Costa Neves (PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 08/09/2017

c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o quadro jurídico do Corpo Europeu de Solidariedade e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1288/2013, (UE) n.º 1293/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e a Decisão n.º 1313/2013/UE - COM(2017)262, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 01/09/2017

d) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES UM CORPO EUROPEU DE SOLIDARIEDADE - COM(2016)942, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputada autora do parecer: Ana Oliveira (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 01/09/2017

e) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações - COM(2017)208

Deputado autor do parecer: Eurico Brilhante Dias (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 19/07/2017

f) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à harmonização do Rendimento Nacional Bruto a preços de mercado («Regulamento RNB»), que revoga a Diretiva 89/130/CEE,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

Euratom do Conselho, e o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1287/2003 do Conselho - COM(2017)329.

Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 15/09/2017

g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5 do Regulamento (UE) 472016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira - COM(2016)747, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputado autor do parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

h) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES INVESTIR NA JUVENTUDE DA EUROPA - COM(2016)940, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

i) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Segundo relatório intercalar: primeiros resultados sobre o Quadro de Parceria com os países terceiros no âmbito da Agenda Europeia da Migração - COM(2016)960, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado autor do parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

j) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à salvaguarda da concorrência no setor dos transportes



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

aéreos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 868/2004 - COM(2017)289, objeto de relatório da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Deputado autor do parecer: Vitalino Canas (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 04/09/2017

5. Nomeação de Deputados Autores de Pareceres, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO - COM(2017)240.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS [Dossiê IV]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

b) DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA DEFESA EUROPEIA - COM(2017)315.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD [Dossiê I]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

c) DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DAS FINANÇAS DA UE. COM(2017)358.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS [Dossiê III]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

d) DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O APROFUNDAMENTO DA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA - COM(2017)291.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD [Dossiê VII]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

6. Discussão dos PJR n.º 766/XIII/2 - Regiões Ultraperiféricas (PSD), PJR n.º 937/XIII/2 - Política de Coesão pós-2020 (PS) e PJR n.º 957/XIII/2 - Aprofundar o Estatuto de Ultraperiferia (PCP).



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

7. Aprovação das atas n.º 109 de 06 de junho, 110 de 21 de junho, 111 de 27 de junho, 112 de 27 de junho, 113 de 4 de julho, 115 de 5 de julho, 116 de 7 de julho e 119 de 13 de julho.

8. Outros assuntos.

I PARTE

Audição do Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre o atraso na transposição de Diretivas.

A Senhora Presidente da Comissão de Assuntos Europeus (CAE), Deputada **Regina Bastos** (PSD) deu início à reunião com uma breve nota de enquadramento da mesma, nomeadamente o requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e aprovado na reunião da CAE de 6 de junho. Deu conta dos tempos a observar durante as intervenções e passou de seguida a palavra aos requerentes para a intervenção inicial.

O Senhor Deputado **Duarte Marques** (PSD) sublinhou o facto do seu Grupo Parlamentar ter vindo a alertar há vários meses e em sucessivas reuniões com a Secretária de Estado dos Assuntos Europeus (SEAE) para a situação de atraso na transposição de diretivas, referindo que esse processo parecia até ter parado por completo em dado momento. Perguntou se o afastamento recente da SEAE se deveria a essa situação e quanto às medidas tomadas para resolver o atraso, referindo as consequências da transposição ao nível de direitos que pudessem beneficiar, nomeadamente, os trabalhadores, perguntando ainda por eventuais sanções que fossem aplicáveis a Portugal como consequência do atraso.

O Senhor Deputado **Vitalino Cana** (PS) considerou não se justificar, para o assunto proposto, a realização da audição em curso, uma vez que se trataria de uma questão que não alteraria substancialmente a situação do país. Desconsiderou a importância do ranking na transposição de diretivas como algo em rápida evolução e de natureza



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

cíclica, uma vez que todos os Estados-Membros verificavam maiores atrasos aquando do início de mandatos dos seus governos. Sublinhou a natureza fragmentada e complexa do processo legislativo europeu, o que obrigaria, no processo de transposição, a um esforço adicional para coligir diretivas e regulamentos dispersos, complementado ainda pela necessária revisão e consolidação da legislação nacional.

A Senhora Deputada **Isabel Pires** (BE) considerou que seria necessário realizar uma análise política do processo de transposição em Portugal e nos restantes Estados-Membros, de modo a validar a relevância do atraso na transposição, bem assim como as situações de injustiça que decorressem das diferenças nas condições legais para os cidadãos e trabalhadores em Portugal em relação à legislação a transpor. A propósito da crescente complexidade da legislação europeia, considerou que, mais do que a celeridade do processo, seria mais importante para o seu Grupo Parlamentar o rigor e detalhe de avaliação das implicações da transposição, pelo que na sua opinião o processo até poderia ser enriquecido pelo debate e audição de partes interessadas.

O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares** (CDS-PP) referiu a relevância do cumprimento dos prazos de transposição para a proteção dos cidadãos e das empresas, dado o facto de existir por transpor legislação muito relevante para a defesa de interesses dos trabalhadores e melhoria da qualidade de vida de grupos desprotegidos e vulneráveis, por vezes na sua defesa em relação ao próprio Estado, e que atraso na regularização de assuntos tais como os produtos químicos que podem ou não ser utilizados em brinquedos, a liberdade de circulação, etc.têm um grande potencial de prejudicar os cidadãos afetados. Insistiu ainda em saber se a saída da anterior SEAE teria sido solicitada pelo Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) ou não.

O MNE respondeu individualmente a cada grupo parlamentar nas questões que colocaram na primeira ronda. Fora de grelha, o Senhor Deputado **Vitalino Canas** (PS) pediu a palavra para inquirir pela origem da listagem sobre o estado de transposição de diretivas, tendo-se esclarecido que essa informação fora disponibilizada, com dados atualizados até maio, aos Grupos Parlamentares que o solicitaram diretamente à Representante Permanente da Assembleia da República em Bruxelas. O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares** (CDS-PP) referiu ainda que solicitou essa listagem oportunamente e que lamentava que os restantes Grupos Parlamentares se sentissem



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

discriminados quando teriam tido oportunidade de recorrer às mesmas fontes, caso realizassem o seu “trabalho de casa”. Numa segunda ronda foram formuladas as seguintes interpelações:

O Senhor Deputado **Duarte Marques** (PSD) acusou o MNE de estar a “gozar” com o atraso das diretivas, uma vez que empolava apenas as matérias de menor importância que estariam pendentes de transposição mas que haveria assuntos de bastante maior relevância. Atribuiu ainda o “surto” recente de iniciativas legislativas para transposição à pressão provocada pelo seu Grupo Parlamentar, pelo que felicitou-se pelos resultados dessa insistência.

O Senhor Deputado **Vitalino Canas** (PS) sublinhou que o requerimento do PSD aludiria a ameaças de sanções que impendiam sobre Portugal pelo incumprimento dos prazos para a transposição, tendo sido esclarecido na audição que nenhum processo teria ainda sido iniciado como resultado desse atraso, uma vez que as advertências de “pré-contenciosos” já recebidas de Bruxelas podiam não resultar em sanções caso as situações fossem regularizadas. O aspeto a salientar da audição seria que a transposição de diretivas estaria a decorrer com o rigor e atenção necessários, não existindo qualquer risco de sanções decorrentes dessa matéria.

A Senhora Deputada **Isabel Pires** (BE) solicitou esclarecimentos sobre a documentação distribuída para a reunião em curso e o motivo para não constar a listagem de diretivas cujo prazo de transposição já teria expirado, uma vez que a própria Presidente teria recebido essa lista, questão respondida de imediato pela Senhora Presidente. Sublinhou novamente que o processo de transposição obrigava a um envolvimento da própria Assembleia da República e das Comissões parlamentares competentes em razão da matéria no debate, revisão e redação final, algo em que a própria teria acompanhado de perto na Comissão do Trabalho, podendo verificar o tempo necessário a que o processo decorresse com o empenho e cuidado necessário, mantendo por isso que o facto do atraso seriam menos relevantes do que a qualidade do resultado final e o envolvimento das partes interessadas e dos cidadãos no processo.

O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares** (CDS-PP) considerou que a redução do assunto ao nível do anedótico por parte do Senhor Ministro ridicularizava a importância da legislação em causa para os cidadãos, sublinhando que havia assuntos de grande relevância entre a matéria por transpor e que não deveria ser descartado o prejuízo



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.ª SL

para as pessoas que ainda não podem beneficiar de direitos que vigorariam após a transposição.

O MNE respondeu conjuntamente no final da ronda às questões colocadas, não tendo sido suscitadas questões a colocar numa terceira ronda.

A primeira parte da reunião foi gravada em vídeo e transmitida em direto pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede (gravação integral disponível em: <http://www.canal.parlamento.pt/?cid=2200&title=audicao-do-ministro-dos-negocios-estrangeiros-sobre-o-atraso-na-transp>).

II PARTE

No início da segunda parte a Senhora Presidente assinalou o pedido de alteração da ordem da reunião, de modo a possibilitar a apresentação de Pareceres aos Senhores Deputados com trabalhos concorrentes em outras Comissões Parlamentares, proposta aceite por todos os presentes.

Novo ponto 1. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Nova alínea 1 - a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que institui o Programa Europeu de Desenvolvimento Industrial no domínio da Defesa, destinado a apoiar a competitividade e a capacidade inovadora da indústria de defesa da UE - COM(2017)294, objeto de relatório da Comissão de Defesa Nacional.

Deputado autor do parecer: Carlos Costa Neves (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 08/09/2017

O Senhor Deputado **Carlos Costa Neves** (PSD) enquadrou a iniciativa em apreço, dando conta que acolhia o Relatório elaborado pela Comissão de Defesa, não registando qualquer preocupação de subsidiariedade ou proporcionalidade. O Parecer foi aprovado por maioria, com votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e abstenção do BE e PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

Nova alínea 1 - b) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à salvaguarda da concorrência no setor dos transportes aéreos e que revoga o Regulamento (CE) n.º 868/2004 - COM(2017)289, objeto de relatório da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas.

Deputado autor do parecer: Vitalino Canas (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 04/09/2017

O Autor do Parecer, Deputado **Vitalino Canas** (PS) deu conta da opinião expressa no Relatório da Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas quanto à violação, pela iniciativa em apreço, dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade, conforme salvaguardas expressas nos Tratados de Lisboa. Esclareceu os termos em que esses princípios poderiam ser invocados e os motivos pelos quais a matéria sobre a qual versa a proposta legislativa em apreço, bem como os termos em que a mesma é proposta, não violariam esses princípios, sendo essa a proposta de conclusão do Parecer. O Senhor Deputado **António Costa Silva** (PSD) pediu a palavra para esclarecer o procedimento de aprovação do Relatório sobre a iniciativa em apreço na Comissão de Economia da qual também é membro, em que a distribuição do Relatório foi realizada sem permitir a oportunidade de analisar os argumentos invocados para a opinião expressa pelo Relator, o que levou à abstenção do seu Grupo Parlamentar aquando da votação do Relatório. O Senhor Deputado **Pedro Mota Soares** (CDS-PP) pediu ainda a palavra para saudar o regresso do PS ao “arco europeísta”, indicando que tinha visto com preocupação o sentido de voto do PS aquando da aprovação do Relatório da Comissão de Economia. Saudou ainda a clareza da exposição do autor de parecer e declarou que acompanhava as conclusões do mesmo. A Senhora Deputada **Paula Santos** (PCP) pediu de seguida a palavra para referir a circunstância de aprovação do Relatório da Comissão de Economia, aprovado por maioria sem votos contra, que nessas circunstâncias deveria ser respeitada a opinião expressa no Relatório, pelo que o seu partido iria manter a posição manifestada na Comissão competente em razão da matéria. A Senhora Deputada **Isabel Pires** (BE) indicou que seguiria o mesmo princípio, mantendo a posição assumida na Comissão de Economia. Deste modo, o Parecer sobre a iniciativa em apreço foi aprovado por maioria, com votos a favor do PSD, PS e CDS-PP e votos contra do BE e PCP.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

Nova alínea 1 - c) Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 1999/62/CE, relativa à aplicação de imposições aos veículos pesados de mercadorias pela utilização de certas infraestruturas, no que respeita a certas disposições em matéria de impostos sobre veículos - COM(2017)276.

Deputado autor do parecer: António Costa Silva (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 02/09/2017

O Senhor Deputado **António Costa Silva** (PSD) realizou um breve enquadramento da iniciativa legislativa, sinalizada pela CAE às Comissões de Orçamento e Finanças e Economia e Obras Públicas, que entenderam não se pronunciar sobre as mesmas. Considerou não haver preocupações de subsidiariedade ou proporcionalidade com a proposta em apreço, tendo o seu Parecer sido aprovado por maioria, com votação favorável do PSD, PS e CDS-PP e abstenção do BE e PCP.

Novo ponto 2. Informações.

O Senhor Deputado **Vitalino Canas** (PS) solicitou a palavra para registar o seu voto de protesto pela não distribuição, na documentação relativa à reunião, da listagem de diretivas europeias não transpostas em Portugal. A Senhora Presidente registou o protesto mas indicou que a listagem se tratava de um documento de trabalho elaborado pela Representante Permanente da Assembleia da República em Bruxelas e que apenas tinha sido enviado a quem a tinha solicitado, pelo que entendeu que não se tratava de um documento para divulgação nem tinha que ser incluído na documentação a distribuir para a reunião.

Quanto às informações, a Senhora Presidente deu conta que tinha sido concedida, por consenso entre os Grupos Parlamentares, uma Audiência de Mesa e Coordenadores da CAE ao Senhor Embaixador Matjaž Longar, Embaixador Plenipotenciário da República da Eslovénia em Lisboa, a realizar no dia seguinte, 19 de julho, pelas 11:30. Registou ainda que, apesar dos esforços nesse sentido, não tinha sido possível articular uma audiência conjunta ao Senhor Embaixador com a Comissão dos Negócios Estrangeiros.

Novo ponto 3. Eleição do 1.º Vice-Presidente da Comissão.

Neste ponto a Senhora Presidente começou por assinalar a tomada de posse do novo Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, congratulando-o



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

pelo seu novo cargo e registando o seu apreço pelo trabalho desempenhando enquanto Vice-Presidente da CAE e Coordenador do Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias. A pedido do Grupo Parlamentar do PS, este ponto da agenda foi adiado para a próxima reunião ordinária da CAE, a realizar em setembro.

Novo ponto 4. Grupo de Trabalho - Escrutínio de Iniciativas Europeias: Indicação de Deputado Coordenador.

Também este ponto foi adiado para a próxima reunião, a pedido do GP PS.

Novo ponto 5. Apreciação e votação de Pareceres da CAE no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

Nova alínea 5 - a) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o quadro jurídico do Corpo Europeu de Solidariedade e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1288/2013, (UE) n.º 1293/2013, (UE) n.º 1303/2013, (UE) n.º 1305/2013, (UE) n.º 1306/2013 e a Decisão n.º 1313/2013/UE - COM(2017)262, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputada autora do parecer: Isabel Pires (BE)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 01/09/2017

A Senhora Deputada **Isabel Pires** (BE) realizou uma apresentação da iniciativa legislativa em apreço, bem assim como da posição remetida pela Décima Segunda Comissão quanto à matéria da sua competência, cujas conclusões acompanhou e propôs adotar, sendo o seu Parecer aprovado por unanimidade.

Nova alínea 5 - b) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES UM CORPO EUROPEU DE SOLIDARIEDADE - COM(2016)942, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

Deputada autora do parecer: Ana Oliveira (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 01/09/2017

A Senhora Deputada **Ana Elisabete Oliveira** (PSD) deu um breve enquadramento da iniciativa não legislativa sobre o Corpo Europeu de Solidariedade, o qual foi objeto de



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

relatório da Décima Segunda Comissão enquanto Comissão competente em razão da matéria. As conclusões do seu Parecer foram colocadas à votação e aprovadas por unanimidade.

Nova alínea 5 - c) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações - COM(2017)208

Deputado autor do parecer: Eurico Brilhante Dias (PS)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 19/07/2017

O Senhor Deputado **Vitalino Canas** (PS) deu conta que, por circunstâncias da cessação de mandato do Senhor Deputado nomeado autor do parecer, que teria dado início à elaboração do mesmo, foi necessário assumir ele a conclusão do Parecer e a sua apresentação. Deu conta da sinalização da iniciativa em apreço à Comissão de Orçamento e Finanças, a qual entendeu não se pronunciar. Apresentou brevemente a matéria em causa e deu conta do seu parecer, de ausência de preocupações quanto à violação dos princípios de subsidiariedade ou proporcionalidade. O Parecer foi aprovado por maioria, com votos a favor do PSD, PS, BE e CDS-PP e abstenção do PCP.

Nova alínea 5 - d) Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à harmonização do Rendimento Nacional Bruto a preços de mercado («Regulamento RNB»), que revoga a Diretiva 89/130/CEE, Euratom do Conselho, e o Regulamento (CE, Euratom) n.º 1287/2003 do Conselho - COM(2017)329.

Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - Protocolo 2 - Prazo: 15/09/2017

O Senhor Deputado **Filipe Anacoreta Correia** (CDS-PP) deu conta da sinalização da iniciativa em apreço às Comissões de Orçamento e Finanças e Economia e Obras Públicas, as quais não entenderam existir matéria para se pronunciarem. Na ausência



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.ª SL

de preocupações quanto à violação dos princípios de subsidiariedade ou proporcionalidade, o Autor apresentou um parecer de não escrutínio, dando assim por concluído o processo de apreciação da iniciativa, não tendo sido suscitados quaisquer comentários a esta proposta.

Nova alínea 5 - e) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO EUROPEU E AO CONSELHO Segundo relatório intercalar: primeiros resultados sobre o Quadro de Parceria com os países terceiros no âmbito da Agenda Europeia da Migração - COM(2016)960, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Deputado autor do parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

O Senhor Deputado **Miguel Morgado** (PSD) fez a apresentação do Parecer na ausência do seu autor, tendo realizado o enquadramento da matéria em escrutínio, dando conta do relatório remetido pela Primeira Comissão e sublinhando não se tratar de uma iniciativa legislativa. O parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do CDS-PP.

Nova alínea 5 - f) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o modelo de acordo relativo ao estatuto referido no artigo 54.º, n.º 5 do Regulamento (UE) 472016/1624 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de setembro de 2016, relativo à Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira - COM(2016)747, objeto de relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias e da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.

Deputado autor do parecer: Duarte Marques (PSD)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

Este ponto da agenda foi adiado.

Nova alínea 5 - g) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES INVESTIR NA JUVENTUDE DA EUROPA - COM(2016)940, objeto de relatório da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

Deputado autor do parecer: Filipe Anacoreta Correia (CDS-PP)

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo

Este ponto da agenda foi adiado.

5. Nomeação de Deputados Autores de Pareceres, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) DOCUMENTO DE REFLEXÃO CONTROLAR A GLOBALIZAÇÃO - COM(2017)240.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS [Dossiê IV]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

Foi indicado o Senhor Deputado **Carlos Pereira** (PS), enquanto relator permanente para o acompanhamento do Dossiê IV, sendo dado conhecimento do processo de escrutínio à Senhora Deputada **Isabel Pires** (BE), relatora do mesmo Dossiê.

b) DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DA DEFESA EUROPEIA - COM(2017)315.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD [Dossiê I]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

Foi indicado o Senhor Deputado **Carlos Costa Neves** (PSD), enquanto relator permanente para o acompanhamento do Dossiê I, sendo dado conhecimento do processo de escrutínio ao Senhor Deputado **Vitalino Canas** (PS), relator do mesmo Dossiê.

c) DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O FUTURO DAS FINANÇAS DA UE. COM(2017)358.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PS [Dossiê III]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

Uma vez que o Senhor Deputado **Eurico Brilhante Dias** (PS) era o relator permanente para o acompanhamento do Dossiê III, foi recordado ao Senhor Deputado Coordenador que deveria ser nomeado um novo relator pelo seu Grupo Parlamentar para esse Dossiê, que asseguraria também a elaboração do parecer. Em todo o caso seria dado conhecimento do processo de escrutínio à Senhora Deputada **Ana Elisabete Oliveira** (PSD), recentemente indicada como relatora desse Dossiê.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

d) DOCUMENTO DE REFLEXÃO SOBRE O APROFUNDAMENTO DA UNIÃO ECONÓMICA E MONETÁRIA - COM(2017)291.

Deputado Autor de Parecer: Cabe ao PSD [Dossiê VII]

Iniciativa sinalizada pela CAE - sem prazo para envio.

Enquanto relatora permanente para o acompanhamento do Dossiê IV, a Senhora Deputada **Maria Luís Albuquerque** (PSD) foi indicada para autora da iniciativa em apreço, sendo dado conhecimento do processo de escrutínio à outra relatora do Dossiê IV, a Senhora Deputada **Paula Santos** (PCP).

6. Discussão dos PJR n.º 766/XIII/2 - Regiões Ultraperiféricas (PSD), PJR n.º 937/XIII/2 - Política de Coesão pós-2020 (PS) e PJR n.º 957/XIII/2 - Aprofundar o Estatuto de Ultraperiferia (PCP).

O Senhor Deputado **António Ventura** (PSD) apresentou os fundamentos para a iniciativa do seu Grupo Parlamentar, considerando relevante referir a dimensão e objetividade próprias da proposta, considerando este um instrumento de sensibilização sobre as potencialidades não utilizadas das regiões ultraperiféricas, valorizando-as e melhorando a aplicação do artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. A Senhora Deputada **Lara Martinho** (PS) realizou também um enquadramento para a iniciativa proposta pelo seu grupo parlamentar, procurando reforçar o estatuto das regiões ultraperiféricas e recomendar ao Governo o acompanhamento atento sobre a especificidade das regiões autónomas, nomeadamente no que se refere à Política de Coesão 2020 e ao reforço do seu estatuto. A Senhora Deputada **Paula Santos** (PCP) destacou as características específicas das regiões ultraperiféricas, alertando para as condições desfavoráveis e a necessidade de suprir as desvantagens, não só económicas. Apresentou assim a proposta de recomendação ao Governo de uma política eficiente para as regiões ultraperiféricas tendo em conta o estatuto especial conferido à ultraperiferia e insularidade, devendo ser desenvolvidos todos os esforços para o seu reforço.

Deu início ao debate dos projetos de resolução o Senhor Deputado **António Ventura** (PSD), que questionou a proposta apresentada pelo PCP, pretendendo esclarecer o que se entende por regiões ultraperiféricas e insulares, e se se trata de um novo



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.^a SL

conceito. A Senhora Deputada **Paula Santos** (PCP) esclareceu que se procura não definir um novo conceito mas distinguir as particularidades das regiões.

Realizada a discussão dos Projetos de Resolução n.º 766/XIII/2.^a (PSD), n.º 937/XIII/2.^a (PS) e n.º 957/XIII/2.^a sem que dela tenham surgido propostas de alteração às iniciativas em apreço, a Senhora Presidente deu conta que a Informação sobre a discussão seria remetida a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República, de modo a agendar a sua votação em Reunião Plenária até ao fim da Sessão Legislativa em curso.

7. Aprovação das atas n.º 109 de 06 de junho, 110 de 21 de junho, 111 de 27 de junho, 112 de 27 de junho, 113 de 4 de julho, 115 de 5 de julho, 116 de 7 de julho e 119 de 13 de julho.

Na ausência de comentários às mesmas, foi proposta a aprovação em conjunto das atas, realizada por unanimidade dos deputados presentes na reunião.

8. Outros assuntos.

A reunião foi encerrada às 18:26 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de setembro de 2017.

A PRESIDENTE

(REGINA BASTOS)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 120/XIII/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Oliveira
António Costa Silva
António Sales
Carlos Costa Neves
Duarte Marques
Filipe Anacoreta Correia
Francisca Parreira
Inês Domingos
Isabel Pires
João Galamba
Maria Luís Albuquerque
Miguel Morgado
Paula Santos
Pedro Mota Soares
Regina Bastos
Rubina Berardo
Vitalino Canas
António Ventura
Jorge Lacão
Ricardo Bexiga

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

~~António Cardoso~~
~~António Gameiro~~
~~Eurico Brilhante Dias~~

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Carlos Pereira
Moisés Ferreira